

Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira

CLARICE CRISTINE FERREIRA MENEZES¹

Introdução

A história da política externa brasileira vem sendo objeto de análise na medida em que esta aponta os caminhos escolhidos pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) para a formulação de uma estratégia de ação do país no contexto internacional. Os estudos sobre esta história foram, durante muito tempo, predominantemente de origem interna ao corpo diplomático brasileiro ou governamental, portando-se, de forma quase que natural, sobre a história diplomática tradicional. A temática recebe uma perspectiva acadêmica a partir da década de 1970, quando os departamentos universitários começam a se preocupar com o estudo das relações internacionais.

Nesta perspectiva, as temáticas voltam-se, principalmente, para as estratégias dos governos federais na promoção da inserção brasileira no cenário internacional. São abordados, principalmente temas ligados à participação do Brasil no contexto de segurança regional e internacional, de comércio exterior e definições da economia mundial, e, mais recentemente, relativos à agenda internacional pós Guerra-Fria, como o meio-ambiente, a fome, os direitos humanos, etc.

O Brasil, em uma tentativa de inserção de destaque no cenário internacional, se apóia exatamente nas temáticas relativas à essa agenda internacional, considerada mais «*soft*», na medida em trata de temas sociais, afastando-se do debate comum às Relações Internacionais, que envolve a força militar e o poder econômico.

Nossa proposta é analisar como o Brasil, nessa tentativa de ocupar um lugar de destaque no âmbito das Relações Internacionais, passa a produzir e veicular um discurso baseado na diversidade cultural. O país busca, assim, conhecer os elementos que constituem a identidade cultural de seus possíveis parceiros, bem como veicular os

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC-FGV, é Mestre em Estudos Internacionais pelo *Institut de Hautes Etudes Internationales* (Genebra) e professora de Relações Internacionais no IBMEC-BH.

elementos que constituem o patrimônio cultural brasileiro, em uma clara tentativa de abrir portas para o diálogo e para a compreensão das diferenças.

Cultura, Identidade e Representações: a formação dos imaginários

As relações entre as sociedades dependem, em grande medida, do conhecimento prévio e aceitação das diferentes culturas transversais que permeiam a vida de tais comunidades. A cultura, percebida aqui como a forma de vida dos membros da comunidade nacional, ou o «conjunto complexo constituído pela linguagem, comportamento, valores, crenças, representações e tradições partilhados por determinado grupo humano e que lhe conferem identidade» (Motta, 1996:84) a partir da formação de referências coletivas direciona o olhar da comunidade para aquilo que deve ser considerado importante e, por isso, deve ser valorizado, em contraposição àquilo que deve ocupar um plano marginal no referencial coletivo. Assim, decisões no âmbito social, comportamental, econômico e político passam, necessariamente, pelo tipo de cultura estabelecido em uma sociedade, em relação às identidades circulantes e aos imaginários existentes.

A existência de um referencial cultural leva à produção de formas tangíveis de veiculação da cultura: objetos, símbolos e tecnologias que representam esse conteúdo. São as representações culturais que, juntamente com fatores mais objetivos, apresentam-se como co-instituintes de processos mais amplos de agregação de interesses e criação de identidades no interior de ações sociais de diversas naturezas (BOURDIEU apud FURTADO, 1997:123). Neste sentido, se não há como se ter acesso a uma cópia fiel da realidade, podemos tratar, pelo menos, de uma tentativa de leitura do mundo real a partir de uma construção feita tendo por base esse referencial cultural. As representações culturais de determinada sociedade expressariam, dessa maneira, a forma como os processos históricos de transformação social mundial foram recebidos e trabalhados dentro de tal sociedade, seus impactos e resultados. O conjunto de representações traduziria a forma como a sociedade se percebe nas relações com os objetos que a afetam: a sociedade se revelaria, de forma simbólica, através de seus atos, costumes e instituições² criando um imaginário social circulante.

² Sobre o entendimento de representações ver: CHARTIER, R. «A história cultural; entre práticas e

Nessa dimensão, o imaginário diz respeito à construção de representações imagéticas da realidade social (MOTTA, 1996: 87), a um sistema de idéias de representações coletivas que comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, e que constrói identidades e exclusões, hierarquizando, dividindo, apontando semelhanças e diferenças no tecido social (CASTORIADIS apud PESAVENTO, 2005:43). Assim, símbolos, signos e ritos seriam mecanismos encontrados para corporificar este imaginário: os significados seriam auferidos dando sentido à vida social, integrando os indivíduos, criando laços que, dificilmente se apagam de forma definitiva. A repetição dos rituais fortaleceria esse imaginário, principalmente, no caso do Estado-nação.

Diversos autores têm salientado a importância das representações coletivas e do imaginário social na constituição das identidades nacionais. Para Hobsbawm (2004), é a partir da “invenção” das tradições nacionais que os Estados buscam, desde o século XVIII, criar mecanismos de coesão cultural e unidade identitária entre os cidadãos: ao fazer referências ao passado, é possível entender o presente e projetar o futuro comum, que será de conhecimento público, ultrapassando as fronteiras nacionais. Já segundo Elias (1990), a “identidade pode ser um tema particularmente revelador para alguns países – quase uma questão de consciência nacional - e, paradoxalmente, praticamente insignificante para outros”³. Enquanto nos casos da França e da Inglaterra a identidade, para o autor é considerada dada, o caso alemão exemplo denotaria a preocupação com a criação de tradições locais que contribuíssem para a descoberta de sua identidade.

Neste sentido, seja qual for o peso que se considere ter a priori a identidade coletiva, o papel dos governos não deve ser desprezado na elaboração dos traços identitários uma vez que, é justamente através da máquina do Estado e em sua determinação de fazer circular uma identidade nacional que fundamenta seu poder que mitos e ritos serão produzidos e disseminados, forjando uma solidariedade que transcende as barreiras de classe e religião, dentre outras. Porém, como bem observa Schwarcz, mesmo a participação Estatal deve estar apoiada em símbolos pré-existentes:

representações» Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Le monde comme représentation. «Annales. Économies, Sociétés, Civilisations». 44e année, N. 6, 1989, pp. 1505-1520; MAUSS, M. «Sociologia e Antropologia». São Paulo: EPU, 1974; DURKHEIM, E. «As formas elementares de vida religiosa». São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

³ ELIAS, 1990 apud Schwarcz, 1994.

No entanto, nem tão arbitrário é o movimento de elaboração de símbolos. Com efeito, se a identidade é sempre fluida, relativa, contrastada e situacional (Cunha, 1985) - uma resposta política a um contexto político -, não é, porém, um fenômeno totalmente aleatório. Ou seja, sua primeira condição é a utilização de símbolos inteligíveis e disponíveis, sem os quais se torna vazia e inócua sua própria vigência. A identidade não pode ser exclusivamente definida, dessa forma, como um fenômeno da mais pura imposição e manipulação externa. Ou seja, apesar de ser objeto potencial de manipulação ideológica, sem a existência interna de "uma comunidade de sentidos" (Carvalho, 1990), toda a construção de identidades e tradições tende a resultar em um imenso vazio. Tornam-se nítidas, nesse sentido, as limitações do voluntarismo na manipulação do imaginário e a importância da observação desse terreno comum, que, como Baczko observou, tem raízes em estruturas preexistentes ou em aspirações coletivas (1984).

Assim, o cimento social, que constrói a comunidade imaginada⁴ se apóia no governo que, por sua vez, é dependente, de um imaginário pré-existente, das representações culturais que criam uma sensação de realidade compartilhada entre os indivíduos. Politicamente, esse imaginário será importante para atribuir legitimidade aos governos, ao criar vínculos entre estes e os cidadãos. Assim, como considera Motta:

Os processos de legitimação política passam pelo estabelecimento de um imaginário que resume e simboliza, em nível da mentalidade popular, as mensagens e valores do poder. O poder necessita, além das estruturas burocráticas, além das instituições representativas e/ou coercitivas, da criação de imagens que atinjam de maneira imediata os corações e mentes da população; frequentemente mais os corações que as mentes. O estabelecimento dos elementos de uma cultura política, notadamente em nível do imaginário simbólico, exerce um papel coesivador fundamental sobre as organizações sociais. (MOTTA, 1996:89)

Ao considerarmos este aspecto, fica fácil compreender porque, em muitos casos, o governo evidencia as bases da cultura popular nacional como forma de garantir a adesão do público às decisões tomadas em uma esfera governamental. No caso do Brasil, por exemplo, na medida em que a música popular (samba e MPB), o carnaval e o futebol passam a ser percebidos como elementos emblemáticos da cultura nacional, estes elementos da cultura popular tornam-se símbolos da identidade brasileira, reconhecidos facilmente no exterior como produtos brasileiros por excelência. Por isso, a maior parte dos governos brasileiros, a partir de 1930, pôde fazer referência a tais símbolos internamente, como elementos de coesão sócio-política, e no plano das relações exteriores como marcas da identidade cordial e pacífica do homem brasileiro.

⁴ Sobre o entendimento de comunidade imaginada ver ANDERSON, B. "L'imaginaire national: réflexions sur l'origine et l'essor du nationalisme". Paris: La Découverte, 2002.

A cultura no âmbito internacional

Para compreender a política externa de um Estado e a estratégia de inserção adotada por este ao longo do tempo, devemos, primeiramente, compreender quais os valores que regem a política interna e se vinculam à política externa desse país, o que nos leva à questão da identidade nacional e cultural. Dada a diversidade cultural mundial, é possível postular também que a identidade nacional e os imaginários nacionais que circulam no cenário internacional são de grande importância para o estabelecimento do diálogo entre os Estados.

A transmissão dos costumes, valores e idéias, é possível à medida em que o país define aquilo que considera mais relevante ou estrategicamente eficiente para representar-se no exterior. A tentativa seria, não apenas de compreender a ação do outro baseando-se em variáveis cognitivas que afetam essa ação como, também, de perceber em que medida um país busca instrumentalizar sua cultura e transmiti-la a seus homólogos no sistema internacional. Assim, língua, música, dança, teatro, cinema, ciência e tecnologia, tornam-se pontos principais para a transmissão da identidade nacional em um nível supra-estatal. Como bem considera Milza (1980), a cultura seria um fator ou agente das Relações Internacionais na medida em que ela é capaz de modelar as mentalidades e orientar o sentimento do público em relação ao outro. Jacques Freymond sublinha ainda a importância da identidade cultural para as Relações Internacionais:

«Enquanto sistema de referência coletiva, a cultura própria de cada Estado/sociedade constitui um dos fundamentos da política exterior do Estado, que ela contribui a influenciar. Da mesma maneira, ela orienta as relações transnacionais. Ela modela, em grande parte, a paisagem onde as políticas são elaboradas e executadas. Ela influencia a visão, a percepção e o comportamento dos atores, sejam eles governamentais ou não.» (Freymond, 1980:405)

As relações culturais internacionais, sejam elas de cunho estatal ou não, criam formas alternativas de diálogo em situações que podem se tornar conflituosas. O objetivo primeiro de tais relações não é produzir uma vantagem unilateral, mas sim criar um ambiente propício para benefícios multilaterais, marcado pelo entendimento e a cooperação entre as sociedades nacionais para o seu mútuo benefício (Mitchell, 1986). Isso porque, ao criar um ambiente de intercâmbio cultural, o país estabelece com outros Estados um padrão de diálogo com símbolos compartilhados, apresentando, assim,

importantes resultados, não apenas no âmbito cultural, como também econômico, comercial e político, tanto no plano doméstico brasileiro, como no exterior.

Na literatura sobre o assunto⁵, estabelecem-se alguns modelos básicos de Relações Culturais Internacionais. Não trataremos desses modelos, pois foge ao interesse do presente trabalho. Entretanto é importante salientar dois tipos de ação subjacentes aos diversos modelos levando-se em conta o peso da participação do Estado e dos agentes não estatais: Política Cultural⁶ e Diplomacia Cultural. Enquanto na primeira tipologia tem-se a participação direta de atores não estatais, a segunda, a Diplomacia Cultural é percebida como o *locus* da ação estatal *suis generis*. Diferentemente da Política Cultural, em que a propaganda do país pode estar presente de forma explícita, a diplomacia cultural busca ofuscar, e, mesmo apagar a presença aparente do Estado em busca da promoção do país. Ela se direcionaria à imagem internacional do país que procura estabelecer relações de confiança e cooperação com outros atores a partir de metas a serem alcançadas a longo prazo (SOARES, 2008 :57). Como salienta La Porte (2006 :3), a Diplomacia Cultural se fundamenta no convencimento de que as manifestações culturais são o que melhor representa uma nação. Seu êxito depende da possibilidade de gerar um clima de confiança através do desenvolvimento da capacidade de escutar os outros, do reconhecimento do valor de outras culturas, de mostrar um desejo sincero de aprender e aplicar programas que realmente facilitem a comunicação equitativa em ambas as direções.

A diplomacia cultural passa, então a ser percebida como mecanismo gerador de *Soft Power*⁷, em que se leva em conta a capacidade do Estado para cooptar os outros

⁵ Ver Dollot (1964) e Mitchell (1986).

⁶ “Conjunto de ações planejado para, em longo prazo, amparar e/ou fomentar a difusão e venda dos produtos culturais no exterior (...). A política cultural visa estabelecer cooperações técnicas e científicas, intercâmbios e acordos universitários, difundir autores ou idéias por meio de conferências, seminários ou cursos, organizar comemorações internacionais (...) e eventos de caráter transnacionais (...). A política cultural não se realiza sem a autorização, o acordo e o apoio (político e/ou econômico) do Estado, quando não é francamente planejada, dirigida e subvencionada pelo mesmo. (...) Entretanto, a política cultural não se limita às iniciativas emanadas do Estado. Ela se beneficia dos trabalhos e competências dos profissionais, artistas, intelectuais, cientistas ou de ONGs que do Estado ou que para o Estado contribuem involuntária ou voluntariamente (...)” (LESSA, 2002:16).

⁷ Na tipologia de poder em Relações Internacionais apresentada por J. Nye, esse deve ser dividido em duas categorias: *hard* e *soft*. Enquanto o *hard power* - esmiuçado pela tradicional literatura da Relações Internacionais - se relacionaria ao potencial militar e econômico de um Estado, o *Soft Power* seria “a capacidade de um Estado conseguir o que deseja pela atração, mais do que pela coerção ou por pagamentos. Este poder derivaria da capacidade de atração da cultura de um país, de suas idéias políticas e políticas públicas, traduzidas nas instituições que ele preconiza. Assim, quando as condutas de um Estado parecessem legítimas aos olhos de outro Estado, o seu *Soft Power* seria

agentes internacionais através da promoção da sua cultura, das instituições e políticas governamentais; enfim, de valores que no cenário mundial irradiem para países que se deseja atrair para alianças e parcerias. Desse ponto de vista, os valores nacionais são pontos que, quando aceitáveis e desejáveis pela comunidade internacional, representam, segundo Nye, fontes decisivas de *Soft Power*. Os Estados podem, então, atrair a atenção, seja pela propaganda de seus valores democráticos, pela mobilidade de seus representantes (governamentais ou da sociedade civil, como artistas), por acordos bilaterais que promovam a interação cultural, como, por exemplo, a partir de um sistema de bolsas de intercâmbio e imersão cultural, dentre outros. É conciliando os valores nacionais com aqueles da esfera global que a visibilidade se faz eficaz.

Como vimos, as questões sobre identidade cultural e representações são essenciais para a formação de imaginários circulantes não apenas a nível nacional. Utilizada como mecanismo de consecução de poder no cenário internacional, a cultura passa a ser valorizada e promovida pelos Estados na medida em que ela possa atender a seus interesses. Como ressalta Ribeiro (1989), essa não é, entretanto, uma estratégia que busca resultados imediatos: por depender do desenvolvimento do conhecimento compartilhado sobre o outro e da formação de um diálogo intercultural, qualquer mecanismo baseado na cultura deve buscar objetivos duradouros, possíveis de se alcançar a longo prazo. Parece-nos importante observar, então, como se dá a aplicação deste conceito no cenário da diplomacia cultural brasileira.

Imaginário de nação: produto para exportação

No caso brasileiro, os questionamentos sobre a identidade nacional são objeto de estudo desde o século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que se propunha a escrever a história do Brasil tendo em vista que «não há país sem história»⁸. Já na primeira edição da revista aparece a tese que faz parte

reforçado (...). Quando se consegue fazer com que os outros admirem suas idéias e desejem o que você deseja, não é necessário gastar muito com porretes e cenouras para que eles movam em sua direção. A sedução é sempre mais efetiva que a coerção e muitos valores, tais como a democracia, o direitos humanos e as oportunidades individuais são extremamente sedutores” (NYE, 2004: X e XI). A este aspecto do poder – levar os outros a querer o que você quer –, dou o nome de poder brando (*soft*). Ele coopta as pessoas ao invés de coagi-las” (NYE, 2002:36).

⁸ Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, 1844.

de todos os debates sobre a identidade brasileira desde então: a realidade brasileira é a de uma história da miscigenação, em quem as três raças humanas são colocadas lado a lado na formação do povo brasileiro, como define o alemão Von Martius, no artigo fundador da revista do IHGB. É notório, no entanto, que a identidade de um povo é forjada em contraposição ao outro. Pode ser ilustrativo disso, inclusive, se considerarmos que a primeira análise publicada pelo IHGB é exatamente o olhar externo de um alemão, o que contribui para compreendermos a importância do olhar do outro para a formação da identidade brasileira⁹. Ainda sobre a miscigenação, o francês Aimard, em 1887, descreverá a população brasileira como «filha do sol», fruto da mistura entre negros, brancos e índios¹⁰.

Ora tratada como mácula, ora exaltada como benefício, a questão da miscigenação, transformada adiante em «mito das três raças», tornou-se o principal elemento para tratar da identidade brasileira. É somente a partir da década de 1930, com os escritos de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda que essa questão passa a ser objeto de debate dentro da academia. Entretanto, há uma rearticulação constante da heterogeneidade da população, romanceada por Freyre no mito das três raças, ao criar o brasileiro – festivo, trabalhador, pacifista – e a identidade elaborada por Holanda tendo por princípio o «tipo ideal» weberiano, em que o *homem cordial*, brasileiro por excelência, nada mais é do que um amálgama de contradições – resultado de uma cultura personalista e patriarcal em que todas as formas de ritualização do comportamento que colocam em perigo as relações humanas simples e diretas são ignoradas. Estes elementos, realçados por Freyre e Holanda, serão, a partir de então, percebidos como constitutivos da cultura popular e política do Brasil, em seu entrelaçamento constante.

Por outro lado, desde o início da história da República brasileira foi se constituindo um calendário das festas consideradas importantes para a tradição brasileira, em que o sentimento de solidariedade nacional deveria se aliar à fraternidade internacional, na tentativa de criar uma continuidade com o passado que afastasse a

⁹ A revista do IHGB teve sua primeira edição publicada em 1845. Para a publicação deste primeiro número foi realizado um concurso de monografias a partir da temática “como se escrever a história do Brasil?”. Dentre os vários textos, foi escolhida a produção de Von Martius, um botânico alemão que vivera no Brasil durante um período de 10 meses.

¹⁰ Sobre o assunto consultar SCHWARCZ, 1994.

sensação de «marco zero» da tradição brasileira¹¹. Inspirados em fatos externos, tem-se a criação/transposição de vários eventos «genuinamente» brasileiros, como a Semana de Arte Moderna de 1922 e a Bienal do Livro de São Paulo, em 1951.

Ao mesmo tempo em que máquina estatal e artística ensaiam a criação de tradições genuinamente brasileiras, tem-se o desenvolvimento de uma cultura popular que contribui para a criação de uma certa identidade brasileira: se o samba, o futebol e o carnaval já faziam parte do imaginário europeu sobre o Brasil nas décadas de 1950 e 1960, a capoeira, a feijoada e as telenovelas fazem parte de uma segunda geração de símbolos brasileiros, que se estabelece, principalmente, nos anos 1990. A representação histórica e recorrente de certos símbolos aponta para a existência de um imaginário preponderante do que vem a ser o brasileiro, fazendo com que certos valores permaneçam presentes em nossa sociedade, mesmo em contextos de mudança político-social, como foram o caso do período ditatorial e de reabertura política.

Considerando as históricas persistências culturais estruturais, existentes na sociedade brasileira e que, acabam por balizar o imaginário do estrangeiro sobre o Brasil, buscaremos, agora, perceber como a cultura brasileira é utilizada, no cenário internacional, como mecanismo promotor de evidenciação do Brasil no exterior.

Vendendo o peixe: a figura do homem cordial no exterior

Segundo Cervo (2008), a matriz brasileira de relações exteriores, juntamente com outros países pacifistas, se pauta por práticas não confrontacionistas baseadas na boa convivência das diferenças culturais. Exemplo disso seria a tentativa histórica de representantes brasileiros em participar, no âmbito internacional, da maioria dos organismos internacionais de tomada de decisão que tivessem a negociação pacífica como eixo principal. Fazendo alusão à capacidade dos brasileiros para enfrentar as adversidades – tendo em vista seu «jogo de cintura» - e de se relacionar com diferentes culturas – legado da intermitente miscigenação, de um passado e presente multicultural – tais representantes buscam, no discurso e nos plenários internacionais, chances para que o Brasil alcance uma plena visibilidade.

¹¹ A título de exemplo, enquanto o dia 1º de janeiro é o dia da fraternidade internacional, o 2 é o dia da solidariedade nacional. Sobre o assunto, consultar OLIVEIRA, 1989.

Essa tendência pacifista – embora muitas vezes ilusória ou única alternativa de ação do Brasil – passou a fazer parte do imaginário internacional, sendo incorporada aos traços da cultura nacional e transformando-se em parte do discurso brasileiro no cenário internacional. É assim que, em 1947, durante a abertura da primeira Assembléia Geral das Nações Unidas, se inaugura a tradição que, perpetuada, confere certo status ao Brasil dentro da Organização: o representante brasileiro é o primeiro orador no foro internacional¹².

Em outros meios internacionais, percebendo a possibilidade de se criar uma visibilidade do Brasil a partir da riqueza da cultura do país, representantes passaram a defender a cultura como mecanismo de inserção, como ocorreu no caso da proteção do patrimônio da humanidade ainda na década de 1930. Neste mesmo período, o Serviço de Expansão Intelectual tinha por objetivo promover discretamente os valores literários do Brasil no exterior, retirando qualquer possibilidade de alusão a uma tentativa de propaganda oficial: o que deveria ser feito era criar uma imagem positiva do país e a criação de uma rede de intelectuais estrangeiros amantes da literatura e da vida cultural brasileira.

Embora de cunho oficial, qualquer ação colocada em prática deveria ser recebida como uma tentativa extra-oficial, estratégia essa que atende aos requisitos da Diplomacia Cultural. Como salienta Montarroyos - ao considerar a postura a ser adotada pelo Brasil no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (fundado em 1924) – as informações fornecidas sobre o país sob os auspícios da instituição, considerada imparcial, não seriam tratadas com desconfiança, como ocorre com aquelas que trazem em si vestígios de propaganda nacional. Montarroyos propunha que se aproveitasse a chance de projeção do Brasil, para que fosse criado um ar de civilidade e modernidade para o país. Mais adiante, a criação de programas de intercâmbio que possibilitassem a divulgação da cultura brasileira no exterior e de institutos bilaterais de alta cultura garantiriam a continuidade de tais políticas¹³.

Outro ponto favorável ao desenvolvimento de tal política, foi o interesse crescente de França e Alemanha pelo Brasil durante o período anterior à II Guerra

¹² Em 1947, o brasileiro Oswaldo Aranha presidiu a Assembléia Geral das Nações Unidas, em que foi decidida a partição da Palestina, culminando na criação do Estado de Israel.

¹³ Sobre as ações brasileiras neste sentido, consultar DUMONT e FLÉCHET, 2009.

Mundial. No caso da França, a própria política de Diplomacia Cultural do país contribuía para que tais políticas fossem favorecidas. É assim que, entre os anos 1920 e 1940, as relações entre o Brasil e França se fortalecem: desde as «Semanas da América Latina», organizadas em Lyon, Paris e Bordeaux, passando pela criação do Instituto franco-brasileiro de Alta Cultura Científica e Literária, pela implantação dos liceus franceses e Alianças Francesas em território brasileiro, e pelas missões universitárias francesas que vieram auxiliar na criação da USP. Com relação à Alemanha, a estratégia concentrava-se no esforço de guerra e na tentativa de decidir qual o posicionamento brasileiro diante da iminência do conflito na Europa.

Percebe-se assim que desde o início do século XX havia uma preocupação com a construção de uma imagem positiva do Brasil no exterior. Assim, a cultura, considerada a uma das dimensões das relações internacionais, passou a ter um papel de destaque na formulação da política externa brasileira. Baseando-se em um modelo considerado *francês* – como grande parte da produção intelectual e política do Brasil – o Estado assumiu, para si, a responsabilidade de promover a cultura brasileira no exterior. A máquina estatal foi, então, colocada em funcionamento a todo vapor e em todos os níveis: a diplomacia cultural cabia, não apenas ao Itamaraty, como também à presidência da República e aos outros ministérios.

Logo depois, na metade do século XX, a política cultural brasileira passa por uma reformulação a partir de reformas do Ministério de Relações Exteriores, e da criação de departamentos exclusivamente culturais, como a Divisão Cultural do Itamaraty (criada em 1946) e da Divisão de Divulgação Internacional (1978). O que se percebe é que, no caso do Itamaraty, mesmo durante o período ditatorial, em que vários artistas e cientistas eram perseguidos no território nacional, no exterior eles eram promovidos pelos consulados e embaixadas. Assim, por mais paradoxal que se possa parecer, aproveitando-se do exílio de várias «celebridades» intelectuais, tais consulados não se acanharam em promover a “imagem cultural brasileira” a partir da ação dos personagens obrigados a viver no exterior.

Foi durante essa época, por exemplo, que grande parte da discografia brasileira se tornou conhecida do público estrangeiro: na década de 1970, uma parte importante das canções brasileiras são trabalhadas e transformadas em versões francesas, tendo como intérpretes grandes ícones da música francesa à época. É o caso, à título de

ilustração, do vinil “Brasil Original” em que canções como “Você Abusou”, de Tom Jobim e Jocaí, se transformam em “*Fais comme l’oiseau*”, de Michel Fugain (1972), “Partido Alto”, de Chico Buarque, em “*Qui c’est celui là?*” de Pierre Vassiliu (1973), “O que será?”, também de Chico, em “*Tu verras*” de Claude Nougaro (1978), ou “Canta Canta Minha Gente”, de Martinho da Vila, que na versão francesa é “*Quand tu chantes*” e tem como intérprete Nana Mouskouri (1976) que se transforma em sucesso nacional nos palcos dos programas de auditório franceses.

Neste mesmo período, o cinema, música, literatura e outros tipos de expressão artística são promovidos pela América Latina. A exemplo, podemos citar a Semana de Cinema Brasileiro em Buenos Aires, que começa a ser promovida em 1978 :

«Em 1978, para promover uma ‘Semana’ de cinema brasileiro em Buenos Aires, a Embaixada do Brasil, responsável pela coordenação do evento, se via forçada a arrendar uma sala de exibição. Em 1979, diante do êxito verificado no ano anterior, o exibidor já não exigia o aluguel da sala, contentando-se com a renda da bilheteria, correndo por conta da embaixada os gastos com publicidade. Em 1980, diversos exibidores disputavam o privilégio de organizar a ‘Semana’, arcando com todos os ônus, em troca de prioridades para obtenção dos eventuais direitos de distribuição regular dos filmes no mercado argentino – que àquela altura já havia conquistado seu público» (RIBEIRO, 1989: 74).

A novíssima fase de destaque do Brasil, ou a política cultural e a persuasão dos agentes internacionais

Apesar da tentativa brasileira de construir um cenário profícuo para o desenvolvimento de sua diplomacia cultural, o que se observa, durante o período que se estende do início da República até os anos 1990, é a dificuldade de financiamento de tais estratégias e, mais adiante, durante toda a década de 1990, a ausência de uma estratégia de ação clara por parte do Ministério das Relações Exteriores. Esse fenômeno, da falta de estruturação de uma política externa clara durante a década de 1990, além da preocupação com outros assuntos da alçada do ministério, em especial ligados ao comércio e à estabilidade econômica proveniente do financiamento externo levou a um afastamento de parceiros tradicionais.

Aliás, como salienta Cervo (2002), a instabilidade do Itamaraty na primeira metade da década de 1990 havia criado a possibilidade para que Fernando Henrique

Cardoso, então presidente do país, tentasse, à sua maneira, imprimir coerência à ação externa, criando, por fim, a chamada diplomacia presidencial. Assim, as parcerias do Brasil eram definidas em relação às afinidades pessoais do presidente.

Em 2002, a mudança de governo no Brasil traz, também, uma tentativa de reordenamento da política externa brasileira, que passaria pela busca da retomada dos antigos parceiros e a constituição, a partir de um posicionamento mais claro do Brasil no âmbito internacional, de novas parcerias¹⁴. A política externa do governo Lula, bem como sua política interna, vinha tomada pela perspectiva da mudança, presente no discurso de Lula, durante a campanha presidencial e em seu discurso de posse. As iniciativas buscavam uma coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, o que, para nosso trabalho, demonstrava uma mudança significativa no posicionamento brasileiro. As prioridades do governo, como considera Almeida vêm sendo perseguidas mediante uma variedade de meios tradicionais – próprios à diplomacia tradicional do Itamaraty, por meio de uma diplomacia presidencial e, através de uma modalidade de atuação relativamente inédita para os padrões da política externa brasileira, que poderia ser descrita como «diplomacia partidária, feita de alianças privilegiadas com aliados progressistas e esquerdistas do período oposicionista anterior, quais sejam, os partidos de orientação socialista e marxista (...) e os movimentos sociais, cuja agenda política e foco de atuação estão obviamente mais próximos daqueles do Fórum Social Mundial do que do Fórum Econômico Mundial, de Davos» (ALMEIDA, 2007).

Percebe-se assim que a orientação da política exterior brasileira no governo Lula encontra-se entrelaçada às demandas internas de seu partido. Essa orientação é garantida pela atuação, dentre outros, de Marco Aurélio Garcia, Assessor da Presidência para Assuntos Internacionais - membro-fundador do Partido dos Trabalhadores -, junto ao Ministério das Relações Exteriores. É também a afirmação de uma identidade

¹⁴ Há retorno da parceria histórica entre Brasil e França, que ficara abandonada desde a década de 1980. Essa nova parceria, baseada em um apoio mútuo nas aspirações dos países na arena internacional, em tomadas de decisões conjuntas sobre assuntos estratégicos (como a fome, o comércio e o desenvolvimento) foi ainda fortalecida, no âmbito da diplomacia cultural, pelos vários eventos que varreram a França e o Brasil durante todo o governo Lula, em especial nos anos 2005 e 2009, Ano do Brasil na França e Ano da França no Brasil, respectivamente. Percebe-se, assim, não apenas uma tentativa brasileira de reaproximação como um desejo e iniciativa francesa de se aproximar do governo que se instaurava no Brasil com a saída de Fernando Henrique Cardoso. Com relação às novas parcerias, tem-se uma aproximação estratégica com países em desenvolvimento, como África do Sul e Índia (fortalecida pela formação do IBAS), China e Rússia.

partidária que, no caso do PT, no cenário internacional, assume uma posição de esquerda, enquanto identidade criada no campo da luta política internacional.

Como considera Amorim (2004) em seus discursos, « a ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do país, possuindo também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacional». São ações que « requerem uma aproximação entre os povos e sociedades, por meio da arte, da cultura, da multiplicação da oportunidade de contato », baseada na vocação para o diálogo (do governo Lula) com os mais diversos atores do cenário internacional.

Percebe-se, então, que cultura e política externa vem, desde o início do governo Lula, em conjunto, determinadas por um projeto político em que o desenvolvimento nacional passa pelo discurso da diversidade cultural. Para tanto, houve certa vinculação do Ministério da Cultura ao Ministério das Relações Internacionais para a criação de uma estratégia política baseada nas relações culturais internacionais com ampla participação da Diplomacia Cultural.

Aproveitando-se de uma abertura para a cultura brasileira internacionalmente, o Ministério das Relações Exteriores começa, então, a estabelecer, de forma mais premente no governo Lula, uma estratégia baseada na diplomacia cultural :a cultura é colocada como uma via de estreitamento dos laços para que se alcance a projeção do Brasil no cenário internacional. Passa-se, assim, a valorizar a cultura latino-americana, a sublinhar o legado de « artistas, artífices, cientistas políticos e cidadãos negros que contribuíram para a originalidade e diversidade da cultura brasileira » disponível no Museu Afro-Brasil (2009). Com essa política, tem-se também, a promoção de eventos artísticos e culturais em embaixadas e centros culturais brasileiros espalhados ao redor do mundo, com a participação do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura que, personalizado pelo ex-ministro Gilberto Gil, nome influente na música nacional e de projeção internacional, durante seus seis anos de ministério (2002 a 2008), preocupou-se em participar ativamente de eventos que divulgassem o Brasil no exterior¹⁵. Em tais ocasiões, é importante considerar que o então Ministro da Cultura,

¹⁵ 2004: África: I Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora; 2005: Ano do Brasil na França.

Gilberto Gil, procurou enfatizar que a ação internacional do governo brasileiro não se dava somente pela promoção cultural brasileira, tanto a nível simbólico como econômico, mas, principalmente, em uma perspectiva mais ampla, seria orientada pela defesa da diversidade cultural, a fim de combater as assimetrias sistêmicas do mundo afetado pela globalização.

Considerações finais

Buscamos, com este trabalho, apresentar uma perspectiva histórica da diplomacia brasileira em sua tentativa de conquistar um papel de destaque no âmbito internacional. Ao fazer uso dos referenciais imagéticos do Brasil, não há como negar, como diria Schwarcz, que o complexo de Zé Carioca continua presente no imaginário internacional. Cordial por excelência, *bon vivant*, amante da mesa farta, da boa música, da malandragem do futebol e da animação carnavalesca, a figura do brasileiro, em se tratando de política internacional, torna-se, cada vez mais, correlacionada, também, a uma imagem de seriedade no tratamento de assuntos importantes para a agenda mundial. Buscando o desenvolvimento equitativo e pacífico, representantes do Brasil passam a preconizar, como estratégia de ação, a importância de se considerar o multiculturalismo existente entre as nações e a necessidade de criar bases de diálogo que levem em conta essa diversidade cultural. Para tanto, tem-se apostado, no âmbito do Itamaraty, em uma estratégia de promoção da cultura brasileira no exterior, bem como de promoção da cultura externa no âmbito nacional, ao que denominamos diplomacia cultural.

Referências bibliográficas

AMARAL, R. *O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural*. 1ª edição. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

AMORIM, C. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”, *Diplomacia, Estratégia, Política*. Brasília: ano I, nº 1, p. 41-48, out-dez 2004.

CERVO, A. “Editorial - A Política Exterior: de Cardoso a Lula”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 46, nº 01, p. 5-11, jan-jun 2003. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a01v46n1.pdf> . Acesso em: 23 maio 2009.

- CERVO, A. *Inserção Internacional e Política Externa: formação dos conceitos brasileiros*. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.
- DOLLOT, L. *Les relations culturelles internationales*. Paris: PUF, 1964.
- DUMONT, J e FLECHET, A. Pelo o que é nosso ! Naissance et développement de la diplomatie culturelle brésilienne au Xxe siècle. *Relations Internationales*. Paris: PUF, n.137 vol.1 2009.
- FREYMOND, J. Rencontre de cultures et relations internationales. In : *Relations Internationales*, n.24, Paris, 1980.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo : Global, 2006.
- FURTADO, João P. . A Música Popular Brasileira dos anos 60 aos 90; apontamentos para o estudo das relações entre linguagem e práticas sociais . *Pós-História*, Assis/SP, n. 5, p. 123-143, 1997.
- GIL, G. “Cultura, diversidade e acesso”. *Diplomacia, Estratégia e Política*, nº 08, p.49-60, out./dez. 2007.
- HOBBSAWM, Eric J. *L'ère des empires (1875-1914)*. Paris : Hachette, 2004.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nations et nationalisme depuis 1780 : programme, mythe, réalité*. Paris : Gallimard, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J ; RANGER, Terence. *L'invention de la tradition*. Paris : Éditions Amsterdam, 2006.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2005.
- LAPLATINE e TRINDADE. *O que é imaginário*. São Paulo: Ed Brasiliense, 1996.
- LA PORTE, Teresa. *La diplomacia cultural americana: una apuesta por el recurso al poder blando*. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/1045.asp>.> Acesso em: 29 de julho de 2009.
- LESSA, M. Relações Culturais Internacionais. In: MENEZES, L. *Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2002.
- MAPA, D. Diplomacia e cultura no governo Lula (2003-2006). *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Vol VIII, ano 4, n.2, dezembro de 2009. In: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria Acessado em 10 de maio de 2010.
- MITCHELL, J. *International Cultural Relations*. Londres: Allen and Unwin/British Council, 1986.
- MONTIEL, E. Diplomacia cultural: Por uma política internacional de La era intercultural. In: www.lacult.org/Diplomacia_cultural_2009_esp.doc Acessado em 29 de junho de 2009.
- MOTTA, R. A história política e o conceito de cultura política. *X Encontro regional de História da ANPUH/MG*. Mariana, julho de 1996, pp.83-91.
- NYE JR, Joseph S. *Soft power : the means to success in world politics*. New York: Public Affairs, cop. 2002.

OLIVEIRA, L. As festas que a república manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2 n. 4, 1989, PP.172-189.

PESAVENTO, S. *História e história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, E. *Diplomacia Cultural; seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 1989.

SCHWARCZ, L. *Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra*. ANPOCS, 1994. In: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03.htm Acessado em 20 de maio de 2010.

VON MARTIUS, K. Como se deve escrever a História do Brasil. In. *Revista Trimestral de História e Geografia ou jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, nº 24, Rio de Janeiro de 1845.